



PROGRAMA RUAS DE LAZER DA PREFEITURA DE SÃO PAULO: MODERNIZAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA DO ESPORTE E LAZER.

RESUMO

O programa *Ruas de Lazer* é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo (SEME) iniciada na década de 70 e atualmente gerida pela Coordenadoria de Gestão de Políticas de Esporte e Lazer (CGPE), oferecendo à população a oportunidade de organização, execução e desfrute de atividades de lazer e recreação nas ruas da cidade, transformando-as em ambientes de convivência e estimulando a apropriação dos espaços públicos. Com o objetivo de apresentar as ações e métodos empregados para gestão do programa, o presente artigo trará um relato técnico por meio de pesquisa descritiva e etnográfica sobre a realidade atual do programa, fruto da recente pesquisa de atualização cadastral, juntamente com resultados de sua aplicação e sua concomitante análise. Após uma breve apresentação do histórico da SEME, serão abordados o programa Ruas de Lazer e as ações que objetivaram a modernização do decreto que normatiza as atividades desse programa, bem como indicações de futuras ações para manutenção do mesmo em prol de uma agenda positiva de participação popular na construção das políticas públicas de Esporte e Lazer para a cidade de São Paulo. Com base nos conceitos de Lazer do sociólogo Jofre Dumazedier, destaca-se a importância do planejamento e da pesquisa para uma efetiva formulação de políticas públicas e proposta que visem a intersetorialidade e transversalidade de ações, para uma gestão diferenciada no cenário atual, resultante em uma real possibilidade de construção de bens e serviços sociais de forma coletiva e acima das necessidades individuais.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Esporte e Lazer; Gestão do Esporte e Lazer; Ruas de Lazer.

LEISURE STREET'S PROGRAM OF SÃO PAULO CITY HALL: MODERNISATION IN PUBLIC SPORTS AND LEISURE MANAGEMENT.

ABSTRACT

The Leisure Street's Program is an initiative of the City Hall Secretary of Sports, Leisure and Recreation of São Paulo (SEME) started in the 70's and currently managed by the Coordinator of Sport Policy Management and Leisure (CGPE) offering the public the opportunity of organization, execution and enjoy leisure and recreation activities in the city streets, turning them into living environments and encouraging the appropriation of public spaces. With the objective to present the actions and methods for managing the programme, the present article will bring a technical report by means of descriptive and ethnographic research on the current reality of the program, the result of the recent survey cadastral update, along with results of its application and its concomitant analysis. After a short presentation of the SEME'S history, will be covered the Leisure Streets program and actions aimed at the modernization of the decree that regulates the activities of this programme, as well as indications of future actions for maintenance in favour of a positive agenda of popular participation in the construction of public policies for Sport and Recreation for the São Paulo city. Based on the concepts of Leisure of the sociologist Jofre Dumazedier, highlights the importance of planning and research for an effective public policy formulation and proposal for the intersectoral approach and cross-cutting actions, for differentiated management in the current scenario, resulting in a real possibility of construction of social goods and services collectively and above the individual needs.

Keywords: Public Policies of Sport and Leisure; Sport and Leisure Management; Leisure Streets.

PROGRAMA CALLES DE OCIO EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO: MODERNIZACIÓN EN LA GESTIÓN PÚBLICA DEL DEPORTE Y OCIO.

RESUMEN

El Programa de Calles de Ocio es una iniciativa de la Secretaría Municipal de Deportes, Ocio y Recreación de São Paulo (SEME) comenzó en los años 70 y actualmente a cargo de la Coordinación de Gestión de Políticas de Deporte y Ocio (CGPE) ofreciendo al público la oportunidad de organización, ejecución y disfrute de actividades de ocio y recreación en calles de la ciudad, convirtiéndolos en entornos de vida y estimular la apropiación de los espacios públicos. Con el objetivo de presentar las acciones y métodos de gestión del programa, el presente artículo traerá un informe técnico por medio de la investigación descriptiva y etnográfica de la realidad actual del programa, el resultado de la actualización catastral de reciente encuesta, junto con los resultados de su aplicación y su análisis concomitante. Después de una breve presentación de la historia de la SEME, se cubrirá el programa de calles de ocio y acciones encaminadas a la modernización del decreto que regula las actividades de este programa, así como indicaciones de acciones futuras para el mantenimiento en favor de una agenda positiva de participación popular en la construcción de políticas públicas para el deporte y la recreación para la ciudad de São Paulo. Basado en los conceptos de ocio del sociólogo Jofre Dumazedier, destaca la importancia de la planificación e investigación para una propuesta para el enfoque intersectorial y transversal, para el manejo diferenciado en el escenario actual, resultando en una posibilidad real de construcción de bienes sociales y servicios colectivamente y por encima de las necesidades individuales y formulación de políticas públicas eficaces.

Palabras-clave: Políticas Públicas para el Deporte y el Ocio; Gestión Del Deporte y Ocio; Calles de Ocio.

Alan Queiroz da Costa¹
Corine Martins Sampaio²

¹ Mestre em Ciências da Motricidade Humana pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Professor da Fundação Visconde de Porto Seguro. Brasil. E-mail: alanqcosta@gmail.com

² Especialista em Treinamento Esportivo e Gestor Técnico da SEME – PMSP (Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação da cidade de São Paulo). Brasil. E-mail: corine.sampaio@globo.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata das últimas medidas e procedimentos administrativos tomados pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo (SEME) em relação à gestão de um dos diversos programas que compõe a estrutura organizacional desse departamento, o programa *Ruas de Lazer*. Ao trazer a público tais ações, o artigo cumpre uma das competências da administração pública em relação aos artigos 5º e 37 da Constituição Federal de 1998 (Brasil, 1998) a respeito do acesso à informação como direito do cidadão. Após uma breve apresentação do histórico da SEME, serão abordados o programa Ruas de Lazer e as ações que objetivaram a modernização do decreto que normatiza as atividades desse programa, bem como indicações de futuras ações para manutenção do mesmo em prol de uma agenda positiva de participação popular na construção das políticas públicas de Esporte e Lazer para a cidade de São Paulo.

Entendendo que as políticas públicas devem ser fruto de um processo de decisões tomadas coletivamente, buscou-se apoiar os interesses, valores expressados e definidos por lei enquanto subsídio que sustentasse as ações de planejamento, o processo de elaboração e implementação de programas de ação pública direcionados a atingir objetivos explícitos, no caso, a atualização e melhoria das normas e regulamentações do programa Ruas de Lazer. Tais procedimentos foram subsidiados num relato técnico por meio de pesquisa descritiva e etnográfica sobre a realidade atual do programa, objeto desse artigo.

Dessa forma, o texto corrobora com Stoppa (2011) quando de sua afirmação a respeito da “importância da participação efetiva das pessoas e dos diferentes segmentos da sociedade civil na definição de políticas sociais, com base nos anseios e nas necessidades do público envolvido” (p. 52). Segundo o autor, por meio de atividades lúdicas e recreativas promovidas no tempo de lazer das pessoas, e “pela sua característica própria”, este pode ser utilizado de maneira positiva para promover o desenvolvimento da participação, interesse e dando oportunidades para que as pessoas possam vivenciar novos valores. A rotina dos cidadãos de São Paulo, uma megalópole que não pára, faz com que seus membros, mesmo que indiretamente, sigam essa rotina insana de trabalho em busca de status e condições mínimas para sobrevivência, desperdiçando seu tempo livre sem opções positivas, o que Marcelino (2013) chama de “antilazer” ou “lazer mercadoria” (p. 130). O autor chama atenção para o fato do simples entretenimento e diversão como forma de distração, desvio da atenção e foco no consumo excessivo como única possibilidade de escolha e participação.

Como a missão da SEME é “formular políticas, fomentar e apoiar projetos e ações que

incorporem atividades físicas de esporte e lazer aos hábitos de vida saudável da população paulistana” (SÃO PAULO, 2010, p.11), o programa Ruas de Lazer pode ser considerado como uma das atividades que concretamente oferece oportunidade para o cidadão usufruir de seu tempo livre de maneira saudável, complementando uma vasta rede de atrações culturais e de lazer, pois nem sempre o cidadão pode (e quer) dispor de seu tempo livre nessas opções.

2 GESTÃO DO ESPORTE E LAZER EM SÃO PAULO

Em 1951 foi criado o Conselho Municipal de Esportes no município de São Paulo que posteriormente evoluiu para Departamento Municipal de Esportes no ano de 1966. Em 1969 é decretada e promulgada a Lei nº. 7.323/69 criando, então, a Secretaria Municipal de Esportes, cuja competência era a de programar e supervisionar as atividades esportivas educacionais, incentivar, amparar e impulsionar o esporte amador, realizar e organizar espetáculos esportivos com a cooperação das federações especializadas em competições e torneios, bem como estudar as necessidades no campo desportivo propondo medidas visando a ampliação de suas atividades.

A promulgação da Lei nº. 8.712 de 24 de abril de 1978 (São Paulo, 1978), reorganizou a Secretaria Municipal de Esportes e pela primeira vez foi introduzida, em seus artigos, a expressão lazer e recreação: “Art. 1o. - I: Planejar, programar, organizar, amparar, incentivar, impulsionar atividades esportivas, esportivas educacionais, de recreação e lazer no município em benefício da população”. Já em 1986 foi editada a Lei de nº. 10.255, de 23 de dezembro de 1986, que criou a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação – SEME, com competência para ações específicas como:

I – Planejamento, organização, coordenação, orientação, execução, controle e fiscalização das atividades relativas ao desporto, lazer, recreação e atividades correlatas; II – Pesquisa, orientação, apoio e coordenação do desenvolvimento da educação física, do desporto, da recreação e do lazer, estimulando a prática dessas atividades, com vistas à expansão do potencial existente; III – Administração das praças de esportes e das unidades desportivas integrantes de sua estrutura; IV – Supervisão, administração e fiscalização dos equipamentos esportivos e demais áreas municipais destinadas à prática desportiva; V – Estudo das necessidades do Município no campo dos desportos, do lazer e da recreação, propondo medidas que visem à ampliação de suas atividades (São Paulo, 1996).

A partir dessa data foram publicados outros decretos sobre a reorganização das estruturas de diversas Secretarias Municipais de São Paulo, como também determinações referentes à transferência e permissão de uso de alguns equipamentos, porém a competência da SEME, permaneceu inalterada.

A última reorganização realizada internamente na SEME ocorreu em 2008 (São Paulo, 2008), a partir das novas demandas da sociedade na área do Esporte e Lazer, instituindo um novo modelo de gestão e estrutura organizacional. Importante mudança ocorre com um “processo de desconcentração administrativa” (São Paulo, 2010, p.19), dando um novo papel à SEME enquanto departamento responsável pelo esporte e lazer da cidade, deixando de executar atividades e ações específicas da pasta, para implantar e coordenar as ações relacionadas à políticas de esporte, lazer e recreação na cidade de São Paulo. Com isso, a missão da SEME passa ser “formular políticas, fomentar e apoiar projetos e ações que incorporem atividades físicas de esporte e lazer aos hábitos de vida saudável da população paulistana” (São Paulo, 2010, p.11).

A implementação desse novo modelo de gestão exigiu a formação de novas diretrizes de atuação, reorganização conceitual, estrutural e nas relações entre as diferentes áreas da SEME. O lazer passou a ser entendido de maneira mais clara e referenciada. Uma das bases referenciais utilizadas pela equipe técnica foi a do sociólogo francês Joffre Dumazedier (1979) e sua clássica conceituação do lazer como:

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livra-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (p. 34).

Outras contribuições foram dadas pelos trabalhos de Marcellino (2003) cujo entendimento do fenômeno lazer, primeiramente, a partir da Revolução Industrial, cita o aumento da alienação do homem em relação ao seu processo de trabalho e, posteriormente, as mudanças de cenário do lazer como resultado de uma nova situação histórica. O autor ainda destaca o progresso tecnológico e a possibilidade de maior produtividade com menos tempo de trabalho como forma de atendimento à algumas reivindicações sociais para que a distribuição do tempo liberado do trabalho pudessem ser atendidas.

A relação do lazer com as atividades esportivas desde meados do século XIX, com a elite

brasileira utilizado os esportes e exercícios físicos, nos moldes europeus, um valioso instrumento para a execução do seu projeto de eugeniação (aperfeiçoamento da raça humana) e higienização (melhoria das condições de higiene e saúde) da sociedade brasileira. Saldanha Filho (2008) acredita que esse é um dos principais determinantes da relação paradigmática da Educação Física com a aptidão física, que continua até os dias de hoje. Segundo o autor, as cidades passaram a exigir dos governantes a construção de políticas públicas que respondessem aos enormes desafios dos cada vez maiores aglomerados urbanos. A recreação dos operários das fábricas e do restante da população incorporava essas práticas esportivas e corporais, inclusive como parte de uma estratégia para melhorar a produtividade. De qualquer modo, é por meio de atividades recreativas, que o ser humano cultiva de maneira satisfatória, os objetivos simultâneos de descanso, diversão e desenvolvimento (os chamados três “Ds” do lazer) com especial ênfase nas dimensões psíquica e espiritual (Dumazedier, 1979).

Tendo esse referenciais como embasamento, a SEME passa a atuar internamente de maneira integrada e externamente articulada com uma rede de parcerias. A adoção de novos sistemas gerenciais são exigidos e permitem a formulação de análises estratégicas, além do cumprimento efetivo das funções de planejamento, execução e avaliação das atividades propostas pela pasta.

Com essas novas exigências de gestão surgidas com a reformulação estrutural da SEME, a administração daquele período trouxe determinações que também deveriam ser seguidas, levando em consideração elementos relacionados ao ambiente externo da secretaria, ao contexto organizacional da SEME e às premissas do novo modelo de gestão, questões que orientaram a definição da organização e o seu modelo de inserção institucional ampliando o leque de serviços da SEME, como as Organizações Sociais (OS); adoção de novos sistemas gerenciais, por processos, projetos e conhecimento, com foco no resultados, parcerias e redes, gestão por processos e a gestão por projetos, entre outras orientações (São Paulo, 2010).

Apesar de críticas à forma de gestão da SEME, é reconhecida a insuficiência de gestores especializados nessa pasta, dificultando o trabalho de acompanhamento e avaliação por parte da SEME. Mesmo assim, acredita-se que o caso apresentado nesse artigo pode ser, considerando a magnitude da cidade, uma referência positiva.

3 O PROGRAMA RUAS DE LAZER

O programa Ruas de Lazer foi uma das primeiras atividades relacionado à área de Esporte e

Lazer da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo (SEME), na década de 1970. Destacamos entre os registros de eventos, a realização do “I Passeio Ciclístico da Primavera” em 1975, podendo ser considerada oficialmente como a primeira iniciativa de lazer no âmbito da Prefeitura de São Paulo. No ano seguinte, em 1976, foi implantada na cidade a primeira Rua de Lazer sendo esse então, o programa pioneiro de Lazer e Recreação e que se encontra em atividade até os dias de hoje.

De acordo com a missão da SEME, o programa Ruas de Lazer tratar-se de uma iniciativa popular, cujos procedimentos para implantação de Ruas de Lazer na cidade de São Paulo foram regulamentados através da Portaria Conjunta Municipal 01/90 de 06 de março de 1990 (São Paulo, 1990), das Secretarias Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e Administrações Regionais, portanto, muito defasado em relação às realidades atuais da cidade.

Em 2011, o Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL/USP) desenvolveu uma pesquisa para o desenvolvimento, aplicação e transferência de metodologias e tecnologias para a gestão do esporte recreativo e de lazer que trouxeram contribuições importantes para o trabalho desenvolvido na SEME. As constatações apontadas por Stoppa (2011) sobre as carência de recursos físicos e materiais nas Ruas de Lazer já eram de conhecimento da equipe técnica, porém com as mudanças de governo, descontinuidade de projetos e programas, não havia interesse das gestões passadas na manutenção do programa. Algumas exceções à realidade geral do programa puderam ser detectadas de maneira pontual na pesquisa realizada por Stoppa (2011) onde foram apresentados casos de moradores envolvidos com ações de Lazer da comunidade. O autor exemplifica o caso de uma rua onde os moradores organizam atividades esportivas para crianças e adolescentes, sem auxílio da prefeitura, além de eventos esportivos e sociais em datas festivas para a comunidade da região com a colaboração de entidades sociais e da Associação de Comerciantes do bairro. O modelo positivo dessa Rua de Lazer se mantém, devido a uma programação permanente aos finais de semana e feriados, fruto do envolvimento e dedicação dos moradores e responsáveis locais.

Outro item destacado pela pesquisa de Stoppa foi a questão burocrática que envolve a formalização de uma Rua de Lazer, comprovando a lentidão das políticas públicas, estereótipo do serviço público brasileiro. Como o programa é um dos pioneiros da SEME, também destaca-se que a falta de manutenção na gestão, que gerou uma defasagem histórica que não acompanhou o crescimento e mudança da cidade. Uma importante confirmação dada pela pesquisa de Stoppa (2011) foi a constatação de que

representantes da comunidade e moradores do entorno dos espaços administravam os espaços com apoio de representantes do legislativo, organizando eventos ou distribuindo os cavaletes para interdição da rua, com ações meramente políticas, para eleger ou reeleger os candidatos (Idem, p. 95).

Com a mudança da equipe técnica de coordenação do programa Ruas e lazer (gestão 2012-2016) e com as constatações da pesquisa coordenada por Stoppa (2011), foi sugerida uma total atualização dos dados referentes ao programa, pois não havia fonte de pesquisa que pudesse oferecer subsídios concretos de sua real situação. O programa passou por uma recente avaliação para que a gestão pudesse dar maior apoio, orientação e manutenção das ruas de lazer cadastradas (1077 até Outubro/2013) e, dentre as constatações, percebeu-se que os moradores de muitas Ruas de Lazer apontaram serem contra a manutenção do programa devido às brigas, barulho e conflitos entre moradores, o desconhecimento do programa por parte dos mesmo moradores, estabelecimentos comerciais usufruindo do ambiente das Ruas de Lazer para benefícios mercadológicos, indo contra os objetivos propostos pelo programa.

Apesar de o autor afirmar que

a SEME têm uma relação distanciada das comunidades locais, com exígua responsabilidade no desenvolvimento autônomo das vivências de lazer, limitando-se a oferecer esporadicamente os materiais e equipamentos necessários para o desenvolvimento das ruas de lazer (Stoppa, 2011, p.96),

consideram-se importantes as contribuições e apontamentos da pesquisa, destacando que um esforço maior poderia ter sido observado pelos pesquisadores com a possibilidade de colaboração mais direta junto à equipe técnica da SEME, tornando efetiva a transferência de estratégias e metodologias para a gestão. De qualquer forma, o conhecimento dos resultados da pesquisa foram acessados com a publicação do livro “Gestão de esporte e lazer: análise dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e de lazer em Ermelino Matarazzo, zona leste de São Paulo” e utilizados para a manutenção do programa como apresentado a seguir, concordando que “a presença direta da SEME seja objeto central de preocupação, se a administração pública se colocar com um dos atores centrais nesse processo, administração que deve ser realizada junto com as comunidades do entorno dos espaços” (Stoppa, 2011, p.112).

4 A PESQUISA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL: UM RELATO TÉCNICO DESCRITIVO

Em 2009, a Coordenadoria de Gestão das Políticas e Programas de Esporte, Lazer e Recreação (CGPE) realizou seis Encontros Regionalizados contando com a participação dos atores envolvidos com a administração esportiva pública de São Paulo, os Especialistas em Informações Técnicas Culturais e Desportivas, Supervisores de Esporte das Subprefeituras, coordenadores e conselheiros das ruas, em todas as regiões da cidade de São Paulo, a fim de fazer um balanço funcional das Ruas de Lazer implantadas e que constavam no cadastro da SEME até aquele ano.

Nesta ocasião os esforços foram grandes para chamar a atenção dos munícipes quanto à participação, porém houve pouca adesão nos encontros e não foi possível ter uma imagem real de quantas Ruas de Lazer ativas estavam funcionando e quantas não estavam. O envolvimento dos Supervisores de Esportes, responsáveis diretos pela manutenção do programa (devido à proximidade e atuação direta nos locais de suas regiões) não foi satisfatória, demonstrando pouco interesse no programa e abrindo margem para entendimento de um possível envolvimento político desses funcionários (não concursados) conforme já apontado por Stoppa (2011, p. 95).

O Programa Ruas de Lazer continuou sendo implantado seguindo as normas do Decreto nº 38.872, de 21 de dezembro de 1999 (São Paulo, 1999) que, regulamenta a Lei n.º 12.264, de 11 de dezembro de 1996, até o início do ano de 2014, porém, já em 2013, a equipe do Núcleo das Políticas de Esporte e Lazer (NPEL) recebeu diversas manifestações a respeito de pontos negativos em relação ao programa, tais como: apropriação do espaço público para realização de “pancadões”, realização de festas com comercialização e uso de bebidas alcoólicas, conflitos entre os moradores, utilização inadequada dos cavaletes para fechamento das ruas com objetivo de silenciar o trecho e evitar o trânsito local, desvio e desaparecimento do material de Lazer doado pela SEME, falta de sinalização e cadastros desatualizados, reiterando os resultados apontados por Stoppa (2011).

Com esse contexto, a equipe técnica do NPEL/SEME buscou formas de aplicação de metodologia coerente com a proposta do trabalho de gestão do programa Ruas de Lazer de maneira a subsidiar as novas necessidades dessa atividade e justificar a modernização do decreto que normatiza o programa. Apesar de a equipe técnica ter o conhecimento da realidade vivida durante todo o histórico do Programa Ruas de Lazer, conforme também descrito anteriormente, faltava o registro documental de todas essas experiências. Procurando

não enfatizar a dicotomia “qualitativo-quantitativo” e, entendendo estar superado o uso do termo “qualitativo” de forma ampla (ANDRÉ, 1995, p.24), por oposição à “quantitativo”, decidiu-se adotar a metodologia de pesquisa descritiva de tipo etnográfica.

A pesquisa etnográfica tem sido utilizada por diferentes áreas como a educação e ciências sociais, levando pesquisadores dessas áreas a utilizar técnicas associadas à etnografia, caracterizando essas pesquisas de “tipo etnográfico” (ANDRÉ, 1995), onde os termos qualitativo e quantitativo são usados “para diferenciar técnicas de coleta ou (...) designar o tipo de dado obtido”. Dessa maneira, dentre as técnicas existentes e utilizadas podemos destacar a observação participante (o pesquisador interage com a situação estudada), o princípio de interação (o pesquisador é o instrumento de coleta e análise dos dados), ênfase no processo (naquilo que está acontecendo e não no produto final), preocupação com o significado (tentativa de retratar a visão dos participantes) e um trabalho de campo.

É importante destacar que este artigo trata-se de um relato técnico apoiado na metodologia descritiva e etnográfica. Stigger (2002) destaca que o estudo etnográfico compreende observações do pesquisador por um período de tempo a cerca dos costumes e ações de um grupo de pessoas que são associadas entre elas, posteriormente essas observações são apresentadas na forma descritiva. Períodos de observações se fizeram necessários para a compreensão dos significados das ações dos participantes, uma vez que os registros feitos hoje, podem e irão sofrer alterações amanhã, mas cada estudo deve ser interpretado de acordo com o tempo e grupo que foi registrado, buscando “apreendê-la na sua complexidade” (Idem, p. 05), que pode estar escondida nas ações dos indivíduos, por isso o pesquisador deve interpretar e dar significado a esses comportamentos para depois transmitir o que obteve do campo em forma de descrição.

Com isso, concluiu-se que para modernizar o programa e resolver as situações problema o primeiro passo seria atualizar o cadastro das Ruas de Lazer de São Paulo. Com essas reflexões, foi imprescindível a construção das justificativas e proposta de pesquisa de maneira coletiva entre as equipes do NPEL/SEME e da SPTuris, cuja expertise muito no auxiliou na elaboração de cadernos técnicos bem com na seleção das empresas especializadas. Após quase um ano de negociações, no final do ano de 2013, houve a aprovação do projeto e a contratação de uma empresa especializada em pesquisa para realizar o trabalho de campo, sobre a orientação da CGPE, com o propósito efetuar o diagnóstico completo das Ruas de Lazer implantadas no município de São Paulo, a respeito de seu funcionamento, condições, materiais utilizados, abertura e fechamento.

Dando continuidade ao trabalho de aproximação e conhecimento junto às outras secretarias e departamentos envolvidos (observação participante), destaca-se que o fluxograma de implantação para a abertura de uma Rua de Lazer se inicia na Subprefeitura, um departamento diferente daquele que faz a gestão do programa (CGPE/SEME). Segundo André (1995), o princípio da interação

permite que o pesquisador responda ativamente às circunstâncias que o cercam, modificando técnicas de coleta, (...) revendo questões que orientam a pesquisa, localizando novos sujeitos, revendo toda a metodologia ainda durante o desenrolar do trabalho (Idem, p. 28-29)

conferindo a flexibilidade necessária à natureza e objetivos da pesquisa proposta, possibilitando rever os processos e readequá-los de acordo com as realidades de ambos os departamentos e realidades já identificadas.

Assim, contou-se com o apoio técnico da equipe da SPTuris sobre as inúmeras possibilidades que a pesquisa poderia gerar como um relatório georeferenciado das Ruas de Lazer ativas, formatação das perguntas, aproveitamento da aplicação do questionário para identificar características regionais, etc. Ainda nesse item, percebe-se a enorme variedade de situações que as equipes de pesquisa encontrariam ao fazerem as visitas para realizar as entrevistas, inclusive com providências necessárias em relação à segurança.

Tratando especificamente do instrumento da pesquisa, foi decidido, a partir das orientações adquiridas em reuniões e encontros técnicos com equipes especializadas da SPTuris e com a empresa especializada em pesquisas de campo, a elaboração de um questionário³ dividido em 4 blocos:

Identificação: destinado ao registro da localização da Rua de Lazer (3 questões);

Funcionalidade: seção objeto da pesquisa, com itens relacionados ao funcionamento ou não das Ruas de Lazer, situação dos recursos (materiais, etc.), atividades desenvolvidas (Esportivas, Recreativas, Culturais e Outras) e demais informações pertinentes (11 questões).

Sobre a SEME: breve levantamento de interesse estratégico da SEME sobre hábitos de lazer e esporte dos moradores das ruas selecionadas para aplicação da pesquisa (8 questões);

Perfil Demográfico: contendo gênero, faixa etária e identificação dos respondentes (4 questões).

As entrevistas foram realizadas em domingos e feriados, das 9 às 17 horas, entre os dias 26 de novembro de 2013 e 23 de fevereiro de 2014, nas Ruas

de Lazer localizadas nas 31 subprefeituras da cidade de São Paulo. Foram realizadas em torno de três entrevistas (em caso de baixa densidade demográfica, foram realizadas duas entrevistas e, nas ruas com maior densidade, foram realizadas quatro ou mais entrevistas), de forma que se pudesse garantir a média de três entrevistas por rua em cada subprefeitura. Essa preocupação foi necessária uma vez que era necessário garantir uma amostragem mínima para a realidade, magnitude de São Paulo e do programa que atende toda a cidade.

Do total de Ruas de Lazer cadastradas na SEME, a amostra total esperada era de 1.078 ruas que foram identificadas em caráter ativo, porém a empresa contratada conseguiu identificar 1.060 ruas (as 18 ruas restantes não foram localizadas no mapeamento até o final do trabalho de campo). As ruas foram identificadas, fotografadas e não se obteve entrevistas em apenas duas ruas, pelas seguintes razões:

- Rua 1: Rua localizada em região de alto padrão, com diversos condomínios fechados. Apesar de a rua se encontrar fechada com cavaletes, não havia movimentação de lazer. Não houve interesse dos moradores em atender as pesquisadoras.

- Rua 2: Não havia nenhuma casa com moradores no trecho. A rua dá acesso a uma grande igreja evangélica localizada no local e tem elevada movimentação de fiéis. A rua não se encontrava fechada no momento da visita.

Dessa amostra (1058 ruas) foram realizadas 3.209 entrevistas com margem de erro de de 1,75% para um intervalo de confiança de 95%, considerando um universo aproximado de 212 mil pessoas residentes nas 1.078 ruas previstas inicialmente. Como parcialmente descrito, o método de coleta de dados foi realizado por meio de entrevistas face a face realizadas em visitas domiciliares ou em pontos de movimentos das ruas selecionadas, quando em atividades, utilizando-se sistema digital de captação dos dados.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

O objetivo principal da pesquisa era atualizar o cadastramento das Ruas de Lazer e verificar o real funcionamento das mesmas, segundo os preceitos que norteiam o programa. Além disso, foi determinado, como objetivo secundário, mas não menos importante, identificar os hábitos de lazer e esporte, a percepção das atividades ocorridas nas Ruas de Lazer e o nível de conhecimento sobre a SEME e de participação de seus programas. Para tanto, a entrega de relatórios com os resultados por parte da empresa contratada foi primordial e, contrariando a realidade da maioria dos contratos feitos com o serviço

³ Vide Anexo I

público, todos os prazos acordados no contrato⁴ firmado pela SEME foram cumpridos.

Todos os objetivos podem ser considerados atingidos, apesar dos resultados confirmarem as previsões feitas pela equipe técnica, inclusive orçamentárias. Foi constatado que apenas 31% das ruas de lazer (331)

que constam em nossos arquivos (1058) funcionam esporadicamente, pois, dessas, 13% funcionam regularmente (138). Conseqüentemente, 69% das Ruas de Lazer da cidade de São Paulo não funcionam (727).

RUA DE LAZER FUNCIONA	
SIM	331
NÃO	727
TOTAL	1058

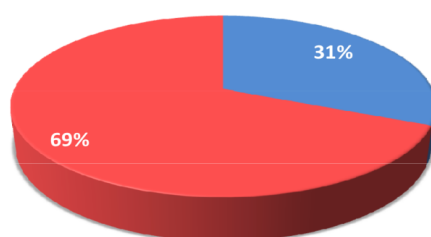


Figura 1 - Ruas de Lazer que funcionam em São Paulo
Fonte: Elaborado pelos autores

Além desse resultado geral da cidade, a pesquisa trouxe uma série de resultados bem detalhados de todas as 31 subprefeituras de São Paulo com “Diagnóstico Público” e “Relatório Fotográfico”, bem como dos agrupamentos das regiões da cidade (Norte/Centro, Oeste/Leste I, Região Sul e Leste II/Leste III) que, devido o foco do presente artigo, não

são abordados. Por outro lado, torna-se importante a divulgação dos principais motivos pelos quais essa suas não funcionam mais. Da mesma forma, será apresentado, a seguir, as principais atividades que são realizadas nas 331 Ruas de Lazer que mantêm seu funcionamento, mesmo que, em parte delas, esporádico.

Tabela 1 - Motivos pelos quais as Ruas de Lazer não funcionam em São Paulo

POR QUE A RUA DE LAZER NÃO FUNCIONA		POR QUE A RUA DE LAZER NÃO FUNCIONA	
POUCO INTERESSE / ENVOLVIMENTO DOS MORADORES	162 25,96%	PREFEITURA NÃO AJUDA	2 0,32%
MUITO TRÂNSITO / CARROS ESTACIONADOS	130 20,83%	POLÍCIA NÃO DEIXA	2 0,32%
FALTA DE SEGURANÇA	102 16,35%	FEIRA	2 0,32%
FALTA MATERIAL	53 8,49%	BAGUNÇA	2 0,32%
NÃO HÁ CRIANÇAS / CRIANÇAS CRESCERAM	28 4,49%	RECLAMAÇÃO	1 0,16%
TUDO	8 1,28%	LAVA RÁPIDO	1 0,16%
VIZINHOS NÃO ACEITAM	6 0,96%	FAZ TEMPO QUE NÃO FUNCIONA	1 0,16%
FALTA RESPEITO	5 0,80%	FALTA TUDO	1 0,16%
NUNCA FECHOU	3 0,48%	VÂNDALOS	1 0,16%
NÃO TEM PLACA	3 0,48%	NÃO TEM MATERIAL	1 0,16%
NÃO SABIA QUE ERA RUA DE LAZER	3 0,48%	SUBIDA	1 0,16%
NÃO FUNCIONA MAIS	2 0,32%	MUDARAM DE LUGAR	1 0,16%
BRIGAS	2 0,32%	PREFEITURA NÃO FECHA	1 0,16%
NÃO TEM RESPONSÁVEL	2 0,32%	POPULAÇÃO NÃO COOPERA	1 0,16%
RUA NÃO TEM ESTRUTURA	2 0,32%	NÃO TEM ASFALTO	1 0,16%
COMÉRCIO	2 0,32%	NÃO SOUBE RESPONDER	90 14,42%
PASSA ÔNIBUS	2 0,32%	Total	624 17,47%

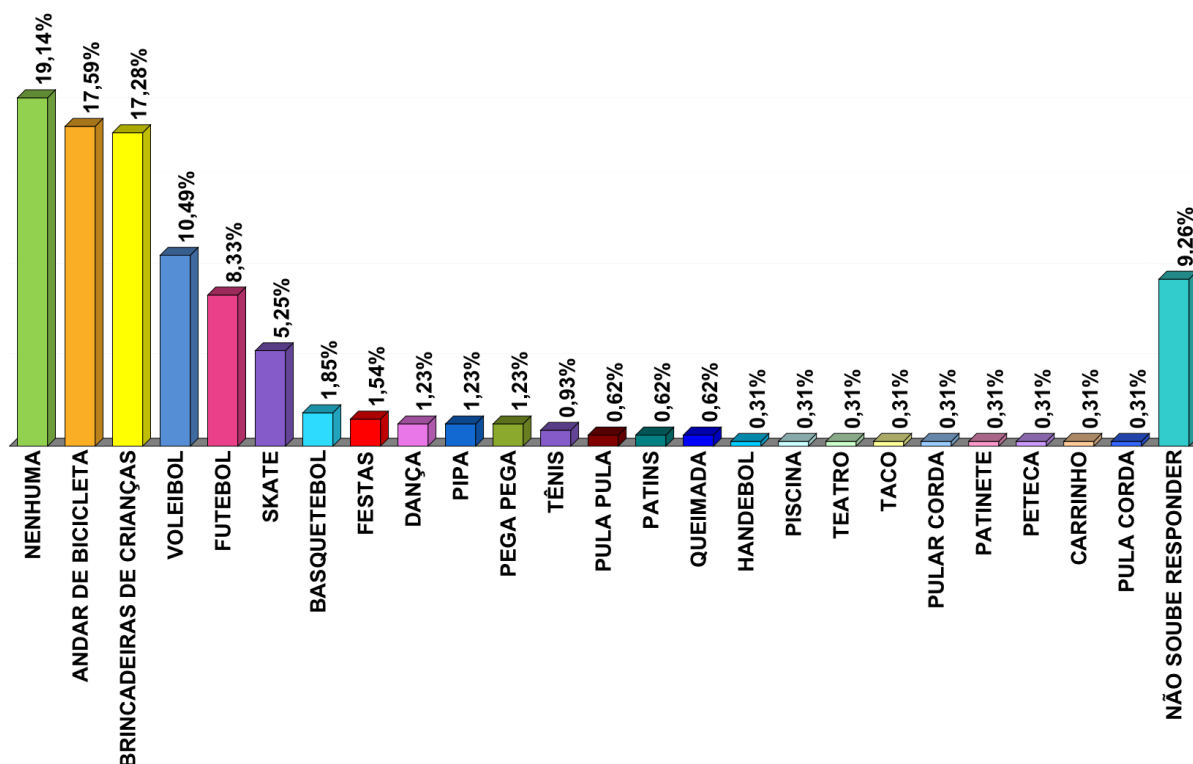
Fonte: Elaborado pelos autores

⁴ Para maiores detalhes, verificar TERMO de CONTRATO n.º. 054/SEME/2013, processo N.º. 2013-0.129.647-0, Edital n.º. 022/SEME/2013.

Com essa tabela pode-se destacar os três primeiros itens que contém as maiores porcentagens. A falta de interesse / envolvimento dos próprios moradores (25,96% das respostas) reitera a necessidade da SEME promover ações que estimulem as pessoas a retomar o espaço público mais próximo de suas residências, as suas ruas, como área de lazer. Mesmo assim, pode-se destacar, também, que não é somente essa falta de interesse dos moradores a principal causa da diminuição das atividades das Ruas de Lazer. A soma dos itens seguintes, “muito trânsito / carros estacionados” (20,83%) e a “falta de segurança” (16,53%), resultará em aproximadamente 37% das respostas relacionadas a questões que extrapolam a gestão do Esporte e Lazer e adentram outras áreas, como o crescimento da cidade, mudanças nas condições econômico-sociais e de segurança pública.

Stoppa (2011, p.37) destaca que o processo de conscientização política na Brasil foi norteado por processos de globalização que, por consequência, gera certa “fragmentação da identidade coletiva”. O desenvolvimento de valores relativos à importância do Lazer são secundários em relação às outras condições necessárias à vida em sociedade. Tal constatação é importante para orientar as ações e políticas públicas nessas regiões, de modo que sejam educativas e orientadoras para o convívio social em comunidade, bem como buscar alternativas em locais onde não seja possível a implantação das Ruas de Lazer, como por exemplo, mapeamento de locais alternativos para práticas esportivas e de Lazer. Ainda sobre os dados da Tabela 1, observa-se que praticamente todos os demais itens não chegam a 0,5% das respostas, com exceção do último item, “não soube responder” com 14,42% dos resultados.

Gráfico 2 - Principais atividades realizadas nas Ruas de Lazer que funcionam em São Paulo



Fonte: Elaborado pelos autores

A partir do Gráfico 2 nota-se que o primeiro (Nenhuma - 19,14%) e o último item (Não soube responder - 9,26%) somam quase 30% das respostas, indicando que aproximadamente 70% das pessoas respondentes sabem ou participam das atividades desenvolvidas nas Ruas de Lazer. Essa informação foi de vital importância para a reformulação do decreto na medida em que pode-se dizer que o funcionamento de uma Rua de Lazer em São Paulo necessita, não apenas

da maioria de seus moradores, mas quase 3/4 dessa quantidade, uma possível meta a ser atingida pela gestão do programa. Outra informação importante a partir do Gráfico 2 é a de que a tradição de jogos, brincadeiras e atividades populares ainda fazem parte da realidade da cidade. Stoppa (2011, p. 94), a partir dos estudos de Marcelino (2001) e Carvalho (1978), destaca a necessidade de uma intervenção do poder público, no caso a SEME,

de uma “política de animação sociocultural, a partir da atuação de uma equipe de animadores capacitados e atuantes na elaboração e im- plantação das vivências de lazer”, bem como a manutenção de recursos materiais que possam ser utilizados como suporte para essas atividades.

Fornecendo uma imagem real e necessária sobre a realidade do programa à SEME, os relatórios da pesquisa foram amplamente divulgados, tanto para o corpo político da secretaria quanto para cada Supervisor de Esporte de todas as Subprefeituras, além da disponibilização para consulta pública na biblioteca da SEME que fica junto ao COTP (Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa) para todos interessados.

Em virtude dos resultados apresentados, a CGPE e gabinete do Secretário de Esportes, tomaram as seguintes providências:

Publicação do Decreto Municipal nº 55.684 em 12 de novembro de 2014 (SÃO PAULO, 2014), regulamentando a Lei nº 12.264, de 11 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a implantação das áreas de lazer em vias públicas, revogando o Decreto Municipal 38.872 que estava em vigor até então;

Informação pública a todos os municípios sobre as alterações legais⁵ e, especialmente aos residentes nas Ruas de Lazer, contato direto sobre a necessidade de recadastramento, caso tenham interesse na continuidade do programa, diretamente na na Subprefeitura a qual pertence a sua residência;

Suspensão de todos os pedidos de abertura das Ruas de Lazer e solicitações de cavaletes, até a realização dos recadastramentos;

Planejamento de Encontros Regionais com a participação de todos atores envolvidos (Supervisores de Esportes e administrativos das subprefeituras) para alinhamento das ações e novos processos de acordo com o novo decreto.

Até a aqui, percebe-se que os ensejos de controle social e livre acesso às informações públicas sobre as ações realizadas no programa Ruas de Lazer foram atendidos colaborando para a boa governança pública, porém, uma boa gestão pública não é composta somente com a transparência de dados, mas sim, com ações e reflexões que essas informações fornecem para melhorias nos serviços e atendimento prestados à população. Após esse relato, resta agora, discutir os caminhos para o oferecimento de serviços públicos eficientes e focada em resultados, buscando incluir São Paulo dentre os locais que possam ser levados em consideração quando o tema for Gestão do Esporte e Lazer.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM BUSCA DE UMA GESTÃO PÚBLICA PARA MELHORIA NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO.

O processo de desenvolvimento e manutenção das Ruas de Lazer de São Paulo tem diversas etapas que não podem ser satisfatoriamente desenvolvidas sem o embasamento técnico e informações qualitativas advindas de estudos e de pesquisas específicas. Esses instrumentos são peças fundamentais do planejamento de políticas públicas de Esporte e Lazer, tornando-se indispensáveis para o desenvolvimento de atividades de lazer sustentáveis. Em se tratando de um produto com características peculiares, como são as Ruas de Lazer, envolvendo múltiplas atividades, interagindo com diversos públicos por toda cidade, é vital o conhecimento de indicadores e de pesquisas que nos levem ao aprimoramento real do cenário envolvido.

O levantamento de dados sobre a manutenção do programa e uma análise de sua realização / execução e, particularmente, na manutenção, são instrumentais imprescindíveis para o direcionamento de investimentos e de políticas públicas a serem adotadas visando o desenvolvimento das atividades desenvolvidas pela SEME. Nesse contexto, pesquisas devem ser realizadas visando o real conhecimento do financiamento das ruas, da identificação dos locais e envolvidos e da avaliação de sua manutenção e sustentabilidade.

Em relação ao financiamento, o programa mostrou-se possível com a clareza da realidade atual do programa (cerca de 100 Ruas de Lazer em funcionamento esporádico ou permanente), além de tratar-se de uma iniciativa popular. Os locais foram mapeados e atualizados conforme escopo da proposta e as alterações propostas exigirão o recadastramento anual de cada rua para que continuem inseridas no programa. A participação dos cidadãos será providencial para a manutenção e sustentabilidade do programa, apoiados sempre no suporte técnico e conjunto da SEME.

Os dados de desempenho futuro possibilitarão um cenário conjuntural de alguns fatores mais significativos do programa Ruas de Lazer da cidade de São Paulo, indispensáveis aos gestores de políticas, de planejamento e de ações adotadas para o desenvolvimento do lazer local. Com os resultados dessa pesquisa, a equipe técnica do NPEL/CGPE já realizou alterações necessárias ao programa, conforme a publicação do novo Decreto Municipal (SÃO PAULO, 2014). Com isso, novas rotinas administrativas passaram a ser exigidas para que

⁵ Mais informações pode ser encontradas em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-regulamentacao-fechamento-de-ruas-para-lazer,1592164>

manutenção do programa no seja somente relacionada à implantação de novas Rua de Lazer em São Paulo.

A disponibilidade do corpo técnico SEME deverá ser uma constante para orientar, auxiliar e acompanhar o desenvolvimento das atividades, bem como, juntamente com cada subprefeitura, manter o cadastro e acompanhamento das condições Rua de Lazer. À SEME também cabe a coordenação de todo o processo, inclusive em situações de desativação, caso em que as Ruas de Lazer poderão ser desativadas a qualquer tempo, atendendo ao interesse público ou a pedido dos próprios moradores.

Muitas barreiras ainda terão que ser transpostas para o oferecimento de um serviço público de Esporte e Lazer de qualidade aos cidadãos, mas puderam ser constatadas conquistas importantes a partir da realização das ações da pesquisa. Desde a atualização cadastral, passando pela alteração do decreto municipal, o envolvimento de todos órgãos da prefeitura como subprefeituras, DSV e CET que passaram a melhorar o diálogo e manterem-se empenhados em desenvolver seus trabalho com dedicação e competência.

Outro fator de grande importância para a realização de políticas públicas, e necessidade percebida com a pesquisa, é a de formação e capacitação de profissionais com habilidades para trabalhar de forma multidisciplinar e intersecretarial, profissional este, que respaldado em um planejamento e orientações dos setores responsáveis, consiga dar continuidade às ações e programas pré-estabelecidos para Esporte e Lazer. Justifica-se, assim, a figura do animador cultural, considerado como mediador das atividades e proposta de atividades de lazer, imprescindível para manutenção do programa. Dessa maneira, foi previsto no novo decreto, a abertura de chamamento público de lazer e recreação em movimento, atividade específica para esse ator social que poderá, inclusive, ser aproveitado para outros projetos cuja sua função seja necessária.

Por fim, a pesquisa realizada previu o acompanhamento dessa política pública com o uso de avaliações que mostrem se as ações apresentadas obtiveram ou não êxito e quais foram os benefícios agregados à comunidade alvo. Nesse caso, os Supervisores de Esportes receberam uma nova função que auxiliará a SEME no acompanhamento do programa relatórios bimestrais e registros fotográficos.

São Paulo é a maior cidade do hemisfério Sul, com problemas e dimensões que surpreendem. É uma cidade multifacetada do ponto de vista social, econômico, cultural e educacional. Propor um programa de políticas públicas de Lazer será sempre um desafio para qualquer administração se não houver um relacionamento de proximidade e de conhecimento entre o morador e a cidade que norteie qualquer ação.

Com base nos conceitos de Lazer já abordados, destaca-se a importância do planejamento e da pesquisa para uma efetiva formulação de políticas públicas e proposta que visem a intersectorialidade e transversalidade de ações, para uma gestão diferenciada no cenário atual, resultante em uma real possibilidade de construção de bens e serviços sociais de forma coletiva e acima das necessidades individuais.

REFERÊNCIAS

- André, M. E. D. A. de. (1995) *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papyrus.
- Carvalho, A. M. de. (1978) *Cultura física e desenvolvimento*. Lisboa: Compendium.
- Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 jan. 1988.
- Dumazedier, J. (1979). *Sociologia empírica do lazer*. Paulo: Perspectiva.
- Marcellino, N. C. (Org.) (2013). *Legados de Megaeventos Esportivos*. Campinas: Papyrus.
- Marcellino, N. C. (2003). *Lazer e humanização*. São Paulo: Papyrus.
- Marcellino, N. C. (2001) (Org.) *Lazer e Esporte*. Campinas: Autores Associados.
- Saldanha Filho, M. F. (2008). *Planejamento e políticas públicas: concepção e gestão de políticas públicas de esportes, lazer e Recreação*. São Paulo: FIA/PROFORGE- Programa de Formação de Gestores de Esportes/SEME.
- São Paulo (2014) Decreto n°. 55.864 de 12 de novembro de 2014, que confere nova regulamentação à Lei n°. 12.264 de 11 de dezembro de 1996, dispõe sobre a implantação de áreas de lazer em vias públicas no perímetro urbano da capital e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São Paulo, 13 de novembro, 2014.
- São Paulo (2010). *Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. São Paulo rumo a uma cidade mais saudável – 2007/2010*. São Paulo: Gráfica Fotofacto.
- São Paulo (2008) Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. *Missão da SEME*. Encontrado em

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/missao/index.php?p=32366>

São Paulo (1999) Decreto n°. 38.872 de 21 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei n°. 12.264 de 11 de dezembro de 1996, dispõe sobre a implantação de áreas de lazer em vias públicas no perímetro urbano da capital e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São Paulo, 22 de dezembro, 1999.

São Paulo (1996) Lei n°. 12.264 de 11 de dezembro de 1996, dispõe sobre a implantação de áreas de lazer em vias públicas no perímetro urbano da capital e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São Paulo, 12 de dezembro, 1996.

São Paulo (1990) Portaria conjunta de 06 de março de 1990 entre a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e a Secretaria Municipal de

Administrações Regionais. Implantação de rua de lazer. Diário Oficial do Município de São Paulo, 06 de março, 1990.

São Paulo (1978) Decreto n°. 8.712 de 28 de abril de 1978, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Esportes, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São Paulo. Encontrado em <http://camaramunicipal.sp.qplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L8712.pdf>

Stigger, M. P. (2002). *Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico*. Campinas: Autores Associados, 2002.

Stoppa, E. A., et al. (2011). *Gestão de Esporte e Lazer; análise dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e de lazer em Ermelino Matarazzo, Zona Leste de São Paulo*. São Paulo: Plêiade.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL - RUAS DE LAZER - SEME/PMSF

Apresentação inicial do pesquisador ao entrevistando, apresentando-se e lhe informando dos objetivos da pesquisa.

1. INFORMAÇÕES DA RUA

1. Rua: _____

2. Bairro: _____

3. Subprefeitura: _____

01. Qual a frequência da atividade por mês há em sua Rua de Lazer?

- a) 1 a 2 x por mês
- b) 3 a 4 x por mês
- c) Raramente ocorrem
- d) Não ocorrem (pular para a questão número 11)

02. Como é feito o fechamento dessa Rua de Lazer? (Se resposta for cavalete ir para questão 3. Qualquer outra resposta, pular para questão 4)

- a) Cavalete
- b) Corrente
- c) Fita/faixa
- d) Outros _____
- e) Não soube responder

03. Quantos cavaletes são utilizados para o fechamento da Rua de Lazer?

04. Qual é o horário de abertura dessa Rua de Lazer? _____ h

05. Qual é o horário de fechamento dessa Rua de Lazer? _____ h

06. Quantos moradores estão envolvidos ou são responsáveis pelo funcionamento da sua Rua de Lazer (fechar a rua, guardar material, propor atividade, etc?)

- a) 1(um)
- b) 2 (dois)
- c) 3 (três)
- d) 4 (quatro)
- e) 5 (cinco ou mais)
- f) Não sabe (pular para a 9)

07. Você saberia nos informar o nome de algum deles e onde ele mora?

- a) Sim
- b) Não (pular para a questão 9)

08. Se afirmativo, quem são e onde residem (número da casa)?

09. Cite ao menos três atividades que são feitas na sua Rua de Lazer? (caso o entrevistado apresente dificuldades, apresenta-se cartão com as sugestões abaixo)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Futebol | <input type="checkbox"/> Queimada |
| <input type="checkbox"/> Voleibol | <input type="checkbox"/> Pula cela |
| <input type="checkbox"/> Handebol | <input type="checkbox"/> Pular corda |
| <input type="checkbox"/> Basquetebol | <input type="checkbox"/> Andar de bicicleta |
| <input type="checkbox"/> Tênis | <input type="checkbox"/> Brincadeiras de roda |
| <input type="checkbox"/> Skate | <input type="checkbox"/> Festas |
| <input type="checkbox"/> Street ball (basquete de rua) | <input type="checkbox"/> Passeios |
| <input type="checkbox"/> Pega-pega | <input type="checkbox"/> Grafite |
| <input type="checkbox"/> Corre cotia | <input type="checkbox"/> Desenho |

- Escultura
- Dança
- Fotografia

- Teatro
- Confecção de brinquedos com material reciclável
- Outros _____

10. Quais são os materiais utilizados nessa Rua de Lazer?

11. Por que a Rua De lazer não funciona?

- a) Pouco interesse/envolvimento dos moradores
- b) Não há crianças /crianças cresceram
- c) Muito transito /carros estacionados
- d) Falta material
- e) Falta de segurança
- f) Outros _____

2. SOBRE A SEME

12. Você pratica atividades físicas/esporte?

- Sim
- Não (pular para a questão 15)

13. Quais?

- Ginástica
- Artes marciais
- Caminhada/corrida
- musculação
- esportes coletivos
- Ciclismo
- Outros _____

14. Onde?

- academia
- parques
- Ruas de lazer
- Ciclovias
- Ruas comuns
- clube privado
- clube público
- Outros _____

15. Você conhece / já ouviu falar sobre a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo (SEME)?

- Sim
- Não (pular para a 19)

16. Se afirmativo, quais destas atividades você já acompanhou da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo?

- a) Baile Vem Dançar
- b) Ruas de Lazer
- c) Super férias
- d) Brincando no parque
- e) Circuito esportivo
- f) Taça São Paulo
- g) Jogos da cidade
- h) Virada Esportiva
- i) Avaliação Física
- j) Corridas de rua
- k) Nenhuma delas
- l) Outro _____

17. Gostaria se sugerir alguma atividade?

- Sim
- Não (pular para a 20)

18. Se sim, qual atividade? _____

19. Por que você acha que não conhece a SEME?

- a) Pouca divulgação
- b) Nunca Ouvi Falar
- c) Não tenho interesse em atividades esportivas/lazer?
- d) Outro _____

3. PERFIL DEMOGRÁFICO

20. Gênero:

- Masculino
- Feminino

21. Faixa Etária:

18 a 25 ()

26 a 35 ()

36 a 45 ()

46 a 55 ()

56 a 65 ()

Mais de 65 ()

22. Qual é o seu nome? _____

23. Telefone ou e-mail _____

4. ANÁLISE FINAL DO PESQUISADOR – sem a presença do entrevistado

A rua estava funcionando no dia da visita?

() Sim

() Não

A Rua de Lazer funciona?

() Sim

() Não

Horário da visita: _____h

Nome entrevistadora: _____